

A ciência nas academias portuguesas (século XVIII)*

Ana Luísa Janeira**

RESUMO – Apesar de haver quem fale da presença da ciência moderna em espaços acadêmicos portugueses antes da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), será que o sistema epistêmico vigente o permitia, realmente?

A nossa abordagem permanece no âmbito da Filosofia das Ciências, nomeadamente das relações entre ouvir e ver, por um lado, e entre observar e experimentar, por outro.

A existência, organização e efeitos das Academias portuguesas, durante o século XVIII, são geralmente articulados com uma ambiência onde avultam alguns fatores positivos não desprezíveis:

– parte da elite estava ao corrente do que acontecia na Europa e mostrava-se atraída pelos movimentos inovadores;

– algumas bibliotecas, reais ou particulares, iam sendo atualizadas e reuniam obras de autores modernos, cientistas inclusive;

– o dinamismo das Academias estrangeiras merecia encômios rasgados, atribuindo-se-lhes um valor exemplificativo digno de cópia;

– a Congregação do Oratório representava um papel muito importante na divulgação científica das ciências exatas ou naturais, quando investia em conferências e reuniões públicas, sobretudo no Gabinete de Física Experimental (1745) existente no Hospício anexo à Igreja das Necessidades.

A estes fatores poderiam acrescentar-se mais, igualmente referidos por certos estudos historiográficos, e que estariam virtualmente mais consonantes com outras tantas ambigüidades, como sejam:

– o século XVI, dividido por movimentos inversos e antagônicos, não teria transmitido às gerações seguintes um legado suficientemente bem definido, no âmbito das ciências exatas e experimentais. E isso porque, apesar das Descobertas terem aberto o espírito de navegadores e colonos a realidades inesperadas, exóticas ou afins, as quais foram incorporadas no saber por quem as viveu e referiu, esta abertura teve poucos efeitos nas instituições oficiais de ensino e de cultura, dominadas pelo aristotelismo e por um ambiente anacrônico. Simultaneamente, se a chegada a Novos Mundos permitiu descrições muito ricas – da História Natural espontânea à Antropologia imediata – com base em observações diretas, estas não foram suficientemente elaboradas e remetidas para sistemas teóricos devidamente construídos;

– junte-se-lhes, ainda, o que não é demais lembrar, quanto a Contra-Reforma e a Inquisição foram decisivas, ao comandarem uma mentalidade dominada pelo “mesmo” e temerosa do “outro” (ou seja, do diferente, incluindo as novidades trazidas pela ciência moderna), e impondo o veto peremptório a qualquer pensamento de mudança – afastado, perseguido, exilado e queimado;

– a dominação espanhola terá favorecido, igualmente, situações agudas de crise, no sentido de um enclausuramento nacionalista e de medo perante o estranho ou estrangeiro;

– o período da Restauração, por sua vez, teve de exigir esforços, marcadamente militares e diplomáticos, sem ser imediato o efeito de abertura à Europa, por via do cultural;

– não se esqueça, finalmente, quanto um clima de censura favorecia a partir de si uma ideologia de interdições, medos e pânicos, multiplicando a repressão e a denúncia, e desenvolvendo mecanismos incapazes de aceitar a ruptura, que não fosse controlada(vel) por dentro da ortodoxia.

* Este tema foi ultimado no âmbito das atividades do Seminário de História e Filosofia das Ciências, com sede na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e apresentado na Universidade Federal de Minas Gerais, em setembro de 1988.

** Professora Associada do Departamento de Química da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Estes fatores, e outros se poderiam acrescentar, terão tido, obviamente, a sua influência numa situação geral que facilitou contradições e ambigüidades face à ciência moderna.

Mesmo assim, parecem deixar muitos pontos por explicar, se tivermos em conta quanto isso é complementar de atitudes parecendo indicar orientações modernizantes, de sinal contrário.

Na verdade, a complexidade dos elementos referidos não satisfaz como conjunto de hipóteses capazes de explicar a possibilidade epistemológica para tais fatos.

Continuávamos, pois, sem encontrar respostas para perguntas deste tipo:

– quais foram as condições mentais e materiais que impediram a adesão, não equívoca e explícita, ao avanço científico, no quadro das nossas Academias, antes do último quartel do século XVIII?

– quais terão sido as mudanças ocorridas que terão permitido a intenção de criar a Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779?

Desde quando o interesse pela ciência moderna?

A primeira Academia portuguesa, organizada com pretensões de igualar outras Academias científicas modernas, data de 1779.

Todavia, a abordagem histórica – da História da Literatura à História da Cultura ou História das Idéias – sugere comumente que a emergência do interesse pela ciência moderna, no quadro das Academias portuguesas, pode ser remontada até situações localizadas por volta de 1700 (Ribeiro, v. 1, 1871, p. 158-9; Saraiva, 1976, p. 611-2; Dias, 1952, p. 300-328).

Os séculos XVII e XVIII têm sido interpretados por visões marcadamente opostas e que denotam posições “ideo-lógicas” incapazes, muitas vezes, de perspectivas desapaixonadas.

Uns, afeitos ao pensamento tradicional, procuram salvar o ensino jesuítico, nomeadamente o *Curso Conimbricense*, tentando provar o seu valor intrínseco e a sua inovação, a ponto de detectarem precursores do pensamento moderno, entre nós.

Outros, influenciados pelo liberalismo e vitimados por certo anticlericalismo, atêm-se a encontrar indícios das novas concepções em áreas adversas, chegando a dar conteúdos de-

sajustados a expressões que são, de fato, extremamente ambíguas. Isto é, lêem novidades em frases e posições que permanecem limitadas por contradições vindas do passado.

No que diz respeito às Academias anteriores à fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, verificamos que esta mesma dualidade de interpretações está bem presente. Com efeito, vários autores têm feito ressaltar a sua importância na introdução de modelos científicos modernos, contrapondo-as à passividade da Universidade e outorgando-lhes um papel a nosso ver demasiado otimista, pelo que enfermam de vícios semelhantes a algumas das teses que combatem.

Num outro trabalho (Janeira, 1990), visamos aprofundar se esse tipo de afirmações reside a uma reflexão crítica apetrechada por instrumentos próprios da História e Filosofia das Ciências.

Nesse sentido, descrevemos algumas relações entre as Academias anteriores àquela data e o mundo europeu da época. Descrição que implicou um estudo preliminar, visando explicitar o conteúdo efetivo de conceitos como “ciência”, “observação”, “experiência”, em comunicações divulgadas no interior daqueles espaços institucionais.

Seguidamente, fomos analisar quais as condições, meios, regras e fins que presidiram à produção de conhecimentos, particularmente na Academia dos Generosos (1647) e similares (século XVII e primeira parte do século XVIII), Academia das Conferências Discretas ou Eruditas (1696), Academia dos Generosos renovada (1717?), Academia Portuguesa (1717), Academia Real da História Portuguesa (1720), Academia dos Escondidos da Cidade do Porto (1749) e na seqüente Academia Real Médico-Portopolitana (1749).

Finalmente, tentamos situar as resistências mentais e materiais que terão dificultado/impedido a possibilidade de estruturar uma Academia que, não só pelo nome mas principalmente pelas pretensões, pudesse significar uma procura de adesão à produção emanada das congêneres estrangeiras bem mais antigas – Accademia dei Lincei (1603), Accademia del Cimento (1657), Royal Society (1662) e Académie Royale des Sciences de Paris (1666), por exemplo – lembradas, freqüentemente, como paradigma a imitar, mas sonho que não passa de quimera antes dos finais do século.

Resumindo, o ponto de partida que assumimos decorre da necessidade de deslindar se a ciência invocada nas reuniões acadêmicas depois de 1696 mantinha uma relação efetiva com a ciência moderna. Na verdade, usar-se a palavra não significa, por si, entendê-la como sinônima do universo teórico-experimental que Copérnico e Galileu ajudaram a definir e que Newton consagrou. Uma coisa são os vocábulos e idéias, outra coisa os conteúdos (compreensão e extensão) atribuídos. Independentemente do significativo aparecer nos discursos de um 4º conde da Ericeira ou de um pe. Rafael Bluteau, importava compreender o seu significado, ou seja, aquilo de que se falava e como se dizia.

Além disso, urgia ainda integrar o texto no contexto, esforço que conduziu a resultados onde as reservas prevaleceram sobre os entusiasmos: a maneira como os títulos eram escolhidos, o modo como a argumentação estava estruturada e recheada não revelam (casos da Academia das Conferências Discretas ou Eruditas, Academia dos Generosos renovada, Academia Portuguesa ou da Academia Real da História Portuguesa) ausência completa de contatos com a modernidade científica; todavia, isso não permite afirmar que a mesma não se encontrava mesclada, amalgamada e obscurecida entre contradições de retórica e muitos panejamentos de pura erudição.

É de realçar, neste momento, como uma imagem semelhante se pode tirar do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746). De fato, Luís António de Verney evocou, com frequência, a situação das Academias (portuguesas ou não) e do que escreveu tiram-se alguns pontos fundamentais: – embora não esconda a importância das Academias portuguesas no respeitante aos estudos de Gramática, Filologia e História (Verney, v. 1, 1949, *passim*); – apesar de elogiar o papel preponderante das Academias europeias em prol das ciências naturais, físicas e matemáticas, dado o impacto no progresso e difusão de adquiridos civilizacionais fundados sobre a experimentação (*ibid.*, v. 3, 4); – no entanto, nunca enuncia nada que possa ser tido como o reconhecimento indubitável de uma Academia experimental entre nós (*ibid.*, v. 3, 4).

Notemos ainda um outro aspecto: – os documentos prévios, as diligências preparatórias para a organização da Academia Real das Ciências de Lisboa e a própria oração inaugural pronunciada pelo pe. Teodoro de Almeida,

quando da sua primeira sessão pública, não manifestam consciência de qualquer passado para esta iniciativa (Ayres, 1927, *passim*). Isso, embora desejassem o apoio direto de situações existentes noutros países, situações conhecidas, apreciadas e enaltecidas.

Tratando-se de um período pródigo em preocupações genealógicas, não seria normal omitir uma presumível ascendência, pois tal silêncio ficaria sem perdão. Não foi por denegação ou falta de aceitação pública que se escondeu um possível antepassado próximo ou remoto. Trata-se, por certo, de um sentimento generalizado, capaz de sentir a novidade desse ato fundador, sem filiações possíveis na memória e na história nacionais.

O conjunto destas constatações, algumas afastadas do que vem sendo transmitido por certa historiografia, não indica que a elite avançada não estivesse ao corrente do que se passava lá fora – Inglaterra, França, Itália, Rússia, etc. – e não saudasse com admiração o movimento geral tendente a acolher a ciência nos quadros sociais das Academias. Aliás, ao elogio aberto associava-se ainda o desejo de seguir tais exemplos, copiando-os.

Como se torna claro, o que impede a concretização é a inexistência de um terreno (ideal e material) favorável: ausência de uma formação universitária atualizada e enriquecida pelo livre-exame, falta de uma disciplina mental crítica, metódica e conseqüente, medos e “pré-juízos” ocasionados pela operatividade da censura.

Ouvir-ver, observar-experimentar

Identificar as condições de existência do saber no século XVIII significa delimitar o modo de ser da instância cognitiva e das modalidades enunciativas.

Significa ainda especificar a tática operatória atuando nas práticas usuais.

Significa finalmente dilucidar as estratégias em jogo e os produtos conseguidos. Os quais serão descritos e analisados – independentemente de os conteúdos poderem ter tido significantes diferentes na época – segundo três atitudes básicas: o ouvir e o ler, o olhar e o ver, o observar e o experimentar.

O *Curso Conimbricense* e as Academias anteriores à renovação da Academia dos Generosos (Ribeiro, 1871, v. 1, p. 155-165) abrem

espaço para um saber dominado pela transmissão e a atenção centradas no ouvir; situações que permanecem em algumas Academias depois de 1717. A ação de comentar e o produto resultante, o comentário, acompanham-na, sempre que se trata de conceber uma *disputatio* universitária ou um debate acadêmico.

Embora o ouvir seja atributo da maioria, sejam fiéis ou alunos, estes também capacitados para o ler, o pregador e o professor controlam o que outros poderão ouvir e ler. Com efeito, poucos leitores escolhem livremente os livros, pois são as autoridades religiosas e pedagógicas que impõem aos demais o *ob-audire*, por via da censura prévia.

O apostolado e a docência jesuítas assentam na pregação dos *Exercícios Espirituais*. Não obstante, na medida mesma em que privilegiam o ensino, parte integrante da missão global da Companhia, o exercício da leitura vai prosseguir, não só entre eles, como vão incentivá-lo nas aulas, quando submetido a uma orientação prévia (Compêndio..., 1972, *passim*).

Se ler corresponde a captar sintaxes e interpretar semânticas escondidas, se o contemplar impõe a ação, as analogias, circuitos de semelhança visível e invisível, estão para o cosmo como as metáforas para o discurso textual. No entanto, importa distinguir este ler=comentar controlado pela censura, do ler=interpretar marcas incontroláveis, como aconteceu no humanismo libertário do Renascimento.

Tal como nessa altura, o princípio da semelhança permite uma estrutura cognitiva entre idênticos – justaposição de simpatias e de antipatias, proximidades topológicas, parentescos nos efeitos. As homologias de natureza especulativa abusam do somatório de epítetos, seriação infinita de significantes articulada com a supremacia da escrita. Contudo, a interpretação setecentista enferma de justaposições e de conivências mais supérfluas e menos experienciadas.

A multiplicação de hipérboles e de redundâncias, a proliferação de metonímias e imagens são figuras recorrentes do próprio sistema (Saraiva, 1976, p. 473-594), intervindo como elementos fundamentais de uma tática, forma de poder e poder no estilo.

Tática ao serviço de um programa que tem como finalidade última uma moral espartilhada: apesar de a palestra acadêmica ser diferente da

pregação, ambas são meios auxiliares de tabelas axiológicas visando comportamentos sociais precisos e condutas estipuladas.

A argumentação, entendida como modo de despique intelectual e como demonstração da Verdade, baseia-se no mesmo espírito: urge treinar a mente para assentir, debater para avaliar o bem fundado de uma tese. A arma verbal, o processo retórico e o testemunho dos clássicos integram-se num ritual, onde a transmissão, a manifestação e a autenticidade do saber apelam para a “omni-presença” de autoridades. Este meio de prova, veiculado por argumentos, está a serviço de uma lógica mantida por imperativos de adequação entre um sujeito e um objeto, mediados por um combate: disputa ou certame.

Já na Academia das Conferências Discretas ou Eruditas, mas principalmente a partir da renovação da Academia dos Generosos e da criação da Academia Portuguesa, em 1717, o jogo gnosiológico começa a abrir-se.

Neste contexto, o ouvir e o ler, que emergem numa configuração de natureza empírica, vão permitir, porque estabelecidos numa organização menos intimista, discursos envolvendo uma fonte de conhecimentos baseada no olhar e no ver.

Tendo em comum o fato de ambos provirem do empírico, o ouvir-ler pressupõe uma receptividade dogmatizada em face das autoridades, incluindo a tradição clássica, ao passo que o olhar-ver comporta uma percepção imediata do mundo sensível. Assim sendo, apesar de diferente, porquanto faz atuar canais cognitivos orientados para a realidade exterior e envolvente, o olhar-ver pertence ao mesmo sistema do ouvir-ler, pois são regulados por princípios aproximados e implicam-se mutuamente, como termos de uma mesma relação: espontânea, imediata, sensorial e perceptiva.

Uns poucos, raros, começam a manifestar interesse pela obra cartesiana, mais pela “Metafísica” do que pela Física; a evidência, sustentada por regras e pelo método experimental, serve para apoiar demonstrações dedutivas válidas; a dúvida metódica é vencida pela intuição clara e distinta, o *e-video*: é preciso saber diferenciar, distinguir e discriminar. Se essa manifestação significa um repúdio do aristotelismo, do mundo sensual, do quotidiano e das qualidades ocultas, não deixa de vir mesclada com muitos equívocos e hesitações, a tal ponto que

continua a co-habitar com teses do pensamento adversário, sem mesmo dar conta das diferenças.

Paralelamente, começam a aparecer, nomeadamente entre médicos, cirurgiões e boticários, prenúncios de um desejo de nomear e de ordenar por meio de um quadro natural, entendido como realidade a se descartar, figurada e comparada. A urgência de encontrar nome para as doenças, a necessidade de identificar as propriedades curativas dos medicamentos, o imperativo de perceber como é que a Natureza pode auxiliar o bom funcionamento da saúde supõem um olhar atento e prevenido, ou seja o ver.

A situação é sentida como nova. Alguns principiam a perceber quanto esta novidade implica mecanismos de mudança. Vão socorrer-se das assembleias acadêmicas como espaços propícios a saberes norteados, não pela capacidade especulativa de cada um, como acontecia desde os Antigos, mas nas potencialidades da razão e nas forças naturais, como é próprio dos Modernos.

Neste sentido, o “olhar clínico” distancia-se do “simples olhar”, invocado anteriormente, pois já reúne dentro de si categorias de representação do visível, onde o movimento opera segundo um pensamento propenso à observação e é dirigido para a detecção de uma “semio-logia” da doença e da saúde. As quais requerem atividades imperativamente sistemáticas, encenadas por teatros anatómicos, precisando de bom equipamento.

Não se suponha, porém, que esta intenção de disponibilidade equivale, entre nós, a qualquer tipo de observação tecnicamente controlada, mas mais simplesmente a um simples contentar-se com uma atitude propensa ao olhar, contentar-se com o que se olha. O que não deixa de implicar uma novidade. Aliás, seria demasiado injusto esquecer o empenhamento clarividente e atualizado de Jacob de Castro Sarmiento, o qual se deparou com poucos sequazes à altura das suas pretensões, provindas de um português residente em Inglaterra, confrontando-se com muito imobilismo conservador ou, pelo menos, com grande incapacidade de realização prática efetiva.

Se é certo que, em meados dos anos quarenta, o Gabinete de Física Experimental, sob orientação do pe. Teodoro de Almeida, e o conceituado *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António de Verney significavam mudanças

(Dias, 1952, p. 386-441) ao lado dos indícios de diferença já referidos, é ainda mais certo que só a Reforma Pombalina da Universidade (1772) criará condições para um novo palco, com cenários e atuações propulsionados por uma modernidade que não permite qualquer identidade entre o passado próximo e o dinamismo futuro: o observar-experimentar, socorrido pela precisão instrumental, prepara-se para ser consagrado como operatividade promissora.

Combinatória de possíveis, esta nova lógica auto-define uma área de limites e de proibições, logo implica inexoravelmente uma interface de escolhas e de impossibilidades. Lógica essa bem afastada da precedente: a configuração epistêmica do ouvir-ler não inviabiliza o olhar-ver, e permitiu-lhe o advento, por transformação; por seu turno, o observar-experimentar nunca poderia ter emergido deles sem uma revolução no pensar.

Pertencentes ao mesmo conjunto – o conjunto do conhecimento empírico, passivo e reativo por essência – o ouvir e o ver opõem-se ao observar e ao experimentar, partes do universo teórico-experimental. Também por isso, a ciência moderna permanecia inaudível, no auditório acadêmico português antes de 1779.

Lembre-se, a propósito, quanto a crítica dos *ídola* proposta por Bacon e quanto a dúvida metódica defendida por Descartes foram importantes como exercícios preambulares requeridos pela atitude científica, a arripio das ilusões, erros e devaneios sensoriais. Na verdade, os primeiros acontecem numa seqüência habitual, como mera expressão vital da normalidade psíquica, ao passo que os segundos implicam um processo articulado de momentos e de fases. Além disso, lembre-se ainda como as hipóteses representam instâncias onde atuam categorias de natureza intelectual, montadas muitas vezes na contra-corrente do puro sentir. Do abismo entre sistemas em confronto, da luta que divide gerações, vai resultar um empirismo extremo, um diálogo de surdos com a tradição especulativa, a ponto de abundarem “contra-sensos”, por confusão entre teoria e retórica: por esta ser combatida, o lugar daquela não é devidamente valorizado, no contexto de trabalhos que abundam em descrições e carecem de rigor conceptual. Situação demasiado espalhada em Portugal.

O conhecimento científico da época associa dois grandes vetores em torno do observar: o

nomear—classificar (ciências naturais e médicas) e o calcular—experimental (ciências matemáticas e físicas), resultando de ambos uma detecção cuidada de semelhanças e diferenças. A ordem e a *mathesis* primam sobre o demais.

A par disso, verifica-se um outro movimento desdobrado: por um lado, uma preocupação sistemática em desenvolver a capacidade das vias sensitivas, através de instrumentos — lugares singulares (termômetros, telescópios, balanças); por outro lado, a necessidade de construir condições privilegiadas para potencializar, avaliar e testar as informações espontâneas obtidas pelos sentidos, mediante espaços individualizados para a produção (observatórios astronômicos, museus de História Natural, gabinetes de Física, laboratórios de Química). A tal ponto que todo este conjunto de atividades demonstra quanto o senso-comum, entendido como obstáculo epistemológico, está afastado na sua expressão de um olhar=fitar com os olhos, ou de um ver=conhecer e perceber pelo sentido da vista.

Em Portugal, os gestos de repúdio vão ser imperativos e são servidos pela normatividade soberana, o direito de abolir e de proibir. Assim sendo, os jesuítas são culpados do que fizeram, porque fizeram, e do que omitiram, porque omitiram. Assim sendo, e por influência do que se passava no estrangeiro, o pensamento cartesiano aparece como entrave à divulgação das teses newtonianas, na medida em que se deve abordar a Física dedutiva para abrir uma área prometedora como o é a da Física matemática. Os problemas da extensão e do movimento cedem perante a acuidade de outras prioridades: a investigação quantitativa dos fenômenos físicos (Compêndio..., 1972).

O governo principiara a perceber como poderá ser lucrativo intervir na conciliação dos conhecimentos e na otimização dos recursos científicos, ao que as Academias correspondem perfeitamente. A par disso, a política do crescimento econômico, o impacto dos ciclos de emigração e o investimento proveitoso nas missões de naturalistas pelo Mundo Novo ajudaram a definir um projeto com repercussões nas ciências portuguesas: é de 1755, retomado em 1772, mas inviável, a nosso ver, antes dos efeitos nítidos da Reforma Pombalina da Universidade (1772).

Apesar de muitos destes aspectos, no todo ou na parte, terem merecido, de há muito, a

atenção de estrangeirados e de inconformistas (Ribeiro, 1871), face ao estado vigente, não resta dúvida que, este discurso, dominador e até parcial, foi importante, para que os anseios de uns tantos e os desejos de uma minoria esclarecida pudessem deixar o mundo do impossível para ocuparem a realidade factual. Dentro dessas impossibilidades, porque a lógica do ouvir orientava a configuração preponderante nos espaços académicos existentes, será de incluir a impraticabilidade de algo semelhante a uma Royal Society ou de uma Académie Royale des Sciences de Paris, antes de se imporem as regras do observar, anulando a prepotência das normas anteriores.

A partir de 1772, aumentaram as condições gerais para que elas surgissem, não tanto porque a Reforma tivesse tido papel na formação dos seus membros, mas porque ela criou modelos, rupturas e um corpo social, que vão estar presentes na Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). Traz mais de um século de atraso. Começa por reproduzir embaraços ou situações ultrapassadas, anos atrás, noutras paragens.

Mantém-se à margem de uma operatividade teórica conseqüente. As suas *Memórias* pecam por descrições não-sistemáticas, pois divulgam mais do que investigam e atêm-se à margem de qualquer tipo de rigor formal e matemático. Os seus objetivos são movidos preponderantemente pela aplicação, e nem por isso serão menores os esforços valiosos dispendidos pelo duque de Lafões, abade Correia da Serra ou pelo pe. Teodoro de Almeida (Ayres, 1927).

LISTA BIBLIOGRÁFICA

- AYRES, C. *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.
- COMPÊNDIO histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1972.
- DIAS, J. S. da S. Portugal e a Cultura Européia, séculos XVI e XVIII. *Biblos*. Coimbra, v. 28, p. 203-498, 1952.
- JANEIRA, A. L.; Modalizações do saber no século XVIII: distribuições epistêmicas nos espaços académicos portugueses antes da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). In:

A ciência nas academias portuguesas (séc. XVIII)

JANEIRA, A. L., MOURAO, J. A. *Modalizações do saber no século XVIII*. Actas do Colóquio Internacional Anastácio da Cunha (1744-1787): o matemático e o poeta (Lisboa, 8-10 de outubro, 1987). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 213-238.

RIBEIRO, J. S. *Historia dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos succes-*

sivos reinados da monarchia. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1871, v. 1.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. *História da literatura portuguesa*. 9. ed. cor. e at. Porto-Coimbra-Lisboa: Livraria Amado-Emp. Lit. Fluminense, 1976.

VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949-1952. 5 v.

(Recebido em 19/04/90)